

Projeto de ATA Nº 156
Assembleia-Geral Ordinária
16 de dezembro de 2017

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Ginástica de Portugal (FGP), que teve lugar no Auditório da FGP, sito na Estrada da Luz, nº 30 A, em Lisboa, pelas 09h45, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2018;

Ponto 2 – Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão em Assembleia Geral.

A Assembleia Geral, reunida em segunda convocatória, foi declarada aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral (AG), Guilherme Machado Dray que após verificação do quórum de funcionamento, deu início à OT.

No ponto um, Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e dezoito o Presidente da FGP iniciou a apresentação do documento tendo referido alguns assuntos, relativamente à parte financeira, informando que o volume orçamental é bastante superior à média dos últimos anos e que tal diferença se explica por a FGP ir receber no ano de dois mil e dezoito a organização do Campeonato do Mundo de Ginástica Aeróbica e o Campeonato da Europa de TeamGym. Não existindo esses dois motivos, o volume financeiro seria apenas ligeiramente maior, acompanhando o crescimento da FGP. Esclareceu ainda que a FGP está ainda a pagar a dívida contraída há quinze anos. Este orçamento reflete um conjunto de opções que a Direção teve de tomar, nomeadamente a contratação de dois técnicos: um para a Logística e outro para Informática, para manutenção e construção de instrumentos relativamente à ligação da Gymbase com a contabilidade, com os resultados, entre outros, e criação de uma plataforma logística. Perante a necessidade de aumento da capacidade técnica de apoio ao associativismo, foi feita uma nova contratação. Disse também que existe a necessidade de encontrar um local com acessibilidades e condições de armazenamento onde seja possível armazenar no mesmo local, todo o material da FGP e aumentar a capacidade logística da Federação. São também opções da FGP o incremento do apoio ao apetrechamento, do apoio às seleções nacionais, a criação de uma equipa técnico terapêutica, com médico e fisioterapeutas, apoio aos treinadores que revelem capacidade para trabalhar num percurso de excelência e melhoria da qualidade dos eventos desportivos da FGP.

Referiu ainda que o trabalho de construção orçamental é feito com o maior rigor e que todos os Diretores Técnicos são responsáveis, após a apresentação dos respetivos planos. Tudo é contabilizado. Depois, no quadro do orçamento global, é analisada a sua exequibilidade. Referiu que em dois mil e dezassete o plano que os Diretores Técnicos apresentaram foi inteiramente cumprido. O de dois mil e dezoito foi ajustado em vinte por cento ao que tinham proposto como ideal.

O Presidente da Mesa de Assembleia Geral, após ter informado que o Conselho Fiscal deu parecer favorável ao Orçamento para dois mil e dezoito, passou a palavra aos delegados para se pronunciarem sobre o PAO dois mil e dezoito.

O delegado Carlos Vaz questionou a Direção sobre o ponto em se encontra o processo de construção da Casa da Ginástica, uma vez que no documento que foi apresentado não se fez à mesma nenhuma referência. Relativamente ao orçamento saudou a Direção pelo bom trabalho e considerou que o mesmo é equilibrado; questionou sobre as receitas dos filiados nas quais se prevê um aumento de quinze por cento: como vai tal ser conseguido? Considerou ainda que o aumento dos bilhetes das entradas para os eventos desportivos é um fator de risco.

O Presidente da FGP respondeu que o assunto relacionado com a Casa da Ginástica não faz parte deste orçamento; falta ainda estudo técnico do piso e da cobertura para se poder fechar o orçamento. Ainda não foi assinado o ato formal de cedência pela Câmara Municipal de Odivelas. Relativamente a dois mil e dezassete as taxas de filiação aumentaram e o ano fechou com um aumento de doze por cento, por isso parece exequível um aumento para quinze por cento. Relativamente às receitas da bilheteira, em dois mil e dezoito estas serão superiores devido ao facto da realização de um Campeonato da Europa e de um Campeonato do Mundo.

O delegado Joaquim Franco refere que o item de vendas prevê um aumento significativo: como é possível esse resultado?

O Presidente da FGP esclareceu que os direitos de filmagem e os direitos televisivos, do Campeonato da Europa e do Campeonato do Mundo, serão receitas significativamente maiores. Em dois mil e dezassete não houve Taça do Mundo da Ginástica Artística, mas em dois mil e dezoito voltará a realizar-se. Acrescentou que só os direitos televisivos, no valor aproximado de vinte mil euros, explicam este aumento.

O delegado Luís Apolónia apresentou a sua preocupação com os valores que irão ser apresentados relativamente às subvenções dos juízes. Disse ainda que o que vão receber, por ser por recibo verde, será um valor menor.

O Presidente da FGP referiu que houve um aumento de vinte e cinco por cento e com o atual quadro de subvenções e outros valores a atribuir aos juízes trata-se de um ato de valorização dos mesmos, e o facto de o pagamento ser à hora foi uma reivindicação dos próprios juízes.

Na opinião do delegado Diogo Abreu o orçamentado para disciplinas Olímpicas no Alto Rendimento das Seleções Nacionais baixou quinze por cento e coloca três questões: porquê esta descida; como é feita a divisão desta verba entre as disciplinas e com base em que critérios e por último qual a origem do financiamento para os prémios e as bolsas a atribuir.

O Presidente da FGP respondeu que o orçamento do alto rendimento nas disciplinas olímpicas tem que ser somado com o orçamento do projeto olímpico. Estas duas parcelas demonstram que não há redução mas sim um aumento significativo. Não há divisão nenhuma. Os diretores

técnicos e as comissões técnicas fazem o plano e orçamentam-no. A proposta é avaliada e analisada para verificar se é exequível ou não. Em dois mil e dezoito a proposta é de um aumento de vinte por cento. Os prémios e as bolsas estão incluídos no orçamento do Alto Rendimento.

O delegado Pedro Almeida diz que está previsto um aumento do valor a atribuir às Associações e tem de haver um compromisso para o desenvolvimento de mais trabalho. Ficou contente com a aquisição de um kit de material para a ginástica artística, considerando-a uma boa medida.

Sobre o plano de atividades referiu que a prova José António Marques não está prevista no calendário federativo, considerando-a a mais estruturante para o desenvolvimento de ginastas de base. No que diz respeito ao novo regulamento do plano de apoio aos técnicos de alto rendimento (PATAR) está preocupado; prevê-se um PATAR por clube e com isso não se prevê premiar a excelência mas a dispersão dos apoios pelos clubes. Verifica-se um retrocesso quanto ao PATAR anterior, que considera melhor do que este. Para acabar considera que o orçamento para as disciplinas no global diminuiu.

O Presidente da FGP afirma ser esse um conjunto de questões muito interessante: o projeto PATAR é um complemento de uma equipa de treinadores nacionais de Ginástica Artística, masculina e feminina, Ginástica Aeróbica, Ginástica Rítmica e Ginástica de Trampolins. Não há forma de gerir este projeto se não for anual uma vez que os orçamentos da FGP e os contratos programa que faz com o Estado e com o Comité Olímpico também são anuais. O PATAR anterior também era anual. No novo projeto o foco será centrado na excelência. O facto de ser um por clube é limitativo. Pode ser visto por alguns clubes até como uma certa injustiça, mas a opção diretiva é a de apoiar o maior número de clubes. Esperemos que no futuro possamos investir mais e fazer isso de uma forma diferente e mais ajustada. Relativamente às Associações referiu que são estruturas fracas de recursos humanos e financeiros. Sobre os recursos humanos a FGP nada pode fazer. A nível financeiro acha que se deve aumentar de uma forma ponderada. Reconhece que este aumento ainda é menor do que há alguns anos atrás. Relativamente aos torneios José António Marques não estão previstos no calendário, mas os clubes podem organizá-los. Limitar o número de eventos garante melhor qualidade.

A delegada Alda Corte-Real só agora tomou conhecimento da não inclusão do Torneio José António Marques e não sabia que os clubes se poderiam candidatar para a sua organização, mas considera que para os mesmos isso seria insuportável a nível financeiro.

O delegado Vítor Varejão informou que a Associação que está a dirigir coorganiza com os clubes algumas competições por ano e exemplificou.

O Presidente da FGP esclareceu que na coorganização com clubes para organização de provas os mesmos não investem dinheiro, ao contrário, só terão lucro.

O delegado Lourenço França diz que vê com prazer o aumento e as melhorias conquistadas ao nível do orçamento. Isso está justificado com os resultados obtidos com as diferentes

modalidades. Pergunta se o aumento do orçamento está ligado com o Campeonato do Mundo de Ginástica Aeróbica e Campeonato da Europa de TeamGym. Abordou assuntos ligados com o investimento nos escalões de juniores e iniciados e a ausência total de bolsas e prémios para as modalidades não Olímpicas afirmando que se há défice de ginastas seniores isso deve-se a falta de apoio às camadas jovens.


O Presidente da FGP esclareceu que apoio aos ginastas juniores existe. As bolsas são só para as disciplinas Olímpicas e neste momento não existem condições financeiras para alterações. Os prémios são para as disciplinas Olímpicas e para as não Olímpicas. O dinheiro que a FGP recebe do Estado e outro tipo de receitas assenta mais nas disciplinas Olímpicas do que nas não Olímpicas. O aumento do investimento do Alto Rendimento das disciplinas não Olímpicas é um reconhecimento, especialmente na Ginástica Acrobática. Se há modelo de excelência em Portugal este verifica-se na Ginástica Acrobática. Relativamente às receitas e despesas nas provas internacionais esclareceu que os rendimentos estão divididos em várias rúbricas: rendimentos suplementares relativos aos eventos, ingressos de espetáculos desportivos, inscrições e participação nas vendas e valores atribuídos pelo Instituto Português do Desporto e Juventude. Somando tudo isso dá uma vantagem confortável. O lucro é significativo e é na ordem de dez por cento do orçamento.

Na opinião do delegado Carlos Nobre muitas pessoas ligadas diretamente com a Ginástica (ginastas, treinadores, pais e est.) estão descontentes com a política da direção federativa. Afirmou que na FIG a Ginástica portuguesa não está muito bem vista e "nos últimos anos andamos a destruir valores desportivos". Sobre o Plano Anual de Atividades e o Orçamento para o ano dois mil e dezoito considera o documento altamente complexo e de difícil leitura. Relativamente aos objetivos desportivos disse que estes têm de ser bem estruturados e avaliados. Considerou ainda que o apoio aos ginastas de alto rendimento, nível "C", é feito pelos clubes e pelos pais e questionou qual o investimento que a FGP faz. Do que diz respeito aos resultados desportivos na disciplina de trampolins considera que na Competição Mundial por Grupo de Idades e nos Jogos Mundiais foram os piores de sempre e pediu reflexão sobre esta temática.

O delegado Luís Apolónia considera o aumento orçamental previsto para as disciplinas não olímpicas como muito positivo e espera que o dinheiro seja bem gasto. Verifica que a FGP deixa de organizar competições para os escalões mais baixos (infantis e iniciados) e relacionou este fato com os resultados desportivos alcançados nos últimos anos. Ainda abordou o assunto relacionado com as subvenções dos juizes.

O delegado Diogo Abreu também considera que é necessária a disponibilização de apoios financeiros para os escalões mais jovens.

O Presidente da FGP considerou a intervenção do delegado Carlos Nobre a as afirmações proferidas como pouco corretas. Sobre as subvenções dos juizes disse que a proposta apresentada pela direção é uma melhoria significativa comparativamente com o anterior modelo de pagamento. Em resposta à última questão colocada informou que a direção não faz



o planeamento desportivo. Quem o faz são os diretores técnicos, ouvindo as respetivas comissões técnicas. A direção verifica e aprova se houver viabilidade financeira.

O delegado Paulo Mota fez comentários sobre o orçamento e colocou algumas questões. Do seu ponto de vista o orçamento é pouco transparente, existem variações entre as rubricas e a leitura é difícil. Sendo o orçamento um documento estratégico disse não conseguir entender qual é a estratégia definida. As verbas com o enquadramento técnico também não são transparentes. Estão espalhadas pelas três rubricas e é impossível descortiná-las. Verifica alguns aspetos contraditórios. Se está prevista a diminuição do investimento do enquadramento dos técnicos no projeto PATAR como vai ser aumentado o número de treinadores profissionais? Qual é a natureza dos contratos dos mesmos? No mesmo documento a Federação pretende motivar todos os envolvidos em funções de ajuizamento e pergunta como isso vai ser concretizado. O delegado considera igualmente pouco transparente o apoio seletivo aos clubes que se manifesta nos protocolos relacionados com infraestruturas e com apoio aos treinadores profissionais dos mesmos. Pediu também esclarecimento sobre o apoio financeiro concedido a uma Associação Territorial. Disse não entender a dificuldades da Federação para organizar o elevado número de eventos nacionais uma vez que trinta e seis por cento do orçamento está alocado à organização de eventos internacionais. Questionou o que isso traz ao desenvolvimento da Ginástica nacional. No que diz respeito ao investimento no Alto Rendimento verifica uma variação de menos quinze por cento que se traduz na diminuição do apoio. Perguntou como pretende melhorar a qualidade das provas e quais são as medidas específicas? Terminou a sua intervenção informando que o parecer do Conselho Fiscal é muito mais confirmativo do que descortinador.

Bruno Jesus, Vice-Presidente para a Sustentabilidade, respondeu à questão relacionada com as subvenções dos juizes e esclareceu que as mesmas são divididas em três rubricas orçamentais e os valores aumentados. Foi desenvolvido um modelo negociado em quase todos os detalhes que responde e resolve um conjunto de problemas. Houve acordo em todos os pontos com a exceção de um – ser a FGP a tratar do IRS dos juizes pelo fato de não conhecer a situação fiscal de cada um deles. Realizou-se uma análise relativamente aos pagamentos por hora baseada na duração média de uma competição. Esta foi a solução encontrada e com a qual os juizes passam a receber mais em média.

Ainda sobre este assunto o Presidente da FGP esclareceu a metodologia do todo o processo de negociação e respondeu às questões colocadas pelos delegados. Disse não concordar com a falta de transparência várias vezes abordada por alguns delegados. Prova de isso é o fato de junto ao documento em apreço a direção ter colocado em anexo o seu Projeto de Gestão. Quando ao Plano de Atividades e Orçamento de 2018 e a sua difícil leitura informou que o mesmo obedece as regras contabilísticas e as regras de construção, estas últimas aprovadas em 2012 pela Assembleia Geral, não excluindo a possibilidade de revisão e de melhoria. Relativamente ao Projeto PATAR recordou que antes de 2012 havia só um treinador profissional que exercia funções em regime de requisição. Neste momento há seis e o objetivo é de haver mais mas o seu alcance é sempre ligado com a capacidade financeira da Federação. Sobre o assunto relacionado com o apoio aos clubes disse que as opções tomadas foram explicadas à Assembleia Geral. Esclareceu que foi concedido um apoio financeiro

extraordinário a Associação de Ginástica do Centro para ajudar um clube com elevado número de filiados e representatividade internacional que enfrentava um problema pontual de instalações. No âmbito de despesas e receitas com a organização de provas nacionais e/ou internacionais a FGP sempre procurou ter parcerias com as Associações e os Clubes locais. Mas não se pode comparar um evento nacional com uma Taça do Mundo ou um Campeonato do Mundo e com o impacto desportivo que estes têm. O número de horas de transmissão televisiva pela RTP2 é o mais elevado de sempre e que promove de uma forma indiscutível as modalidades gímnicas e os ginastas portugueses por todo o país. A estrutura federativa não está tão envolvida como se afirma nas competições internacionais. Existe coorganização como é o caso da Taça do Mundo de Ginástica Rítmica organizada em parceria com a Câmara Municipal de Portimão ou a Taça do Mundo de Ginástica Artística em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães e um clube local. O Presidente da FGP sublinhou ainda que os apoios relacionados com o Alto Rendimento nas disciplinas olímpicas serve para viabilizar ações de treino, participação competitiva e de apoio à preparação dos ginastas e dos treinadores. Estas verbas são afetadas à rubrica orçamental que diz: "Disciplinas Olímpicas de Alto Rendimento e Projeto Olímpico". Sendo um ano de transição a Federação recebeu menos dinheiro para o Projeto Olímpico. O aumento que consta no orçamento vem da receita do Estado e da receita própria. Sobre o parecer do Conselho Fiscal elucidou que se trata de um órgão social autónomo. O mesmo pede à direção os esclarecimentos que entende necessários e emite o seu parecer. Qualquer esclarecimento adicional que os delegados precisem pode ser pedido a este Conselho.

A delegada Lina Mendes pediu a palavra e considerou o processo relacionado com as subvenções dos juizes, promovido pela direção, como muito útil e produtivo. Alcançou-se o acordo de pagamento por hora com o qual está de pleno acordo. Informou que até ao final da época desportiva vai continuar o pagamento por turnos. Esclareceu que não houve concordância sobre dois aspetos, mas que se chegou a uma aproximação: uma que diz respeito à margem dos quarenta minutos (uma prova que dura duas horas e quarenta minutos é paga como duas horas). A proposta era de uma margem de trinta minutos. E a segunda que se prende com a reunião de juizes e não está contemplada.

O Presidente da FGP acrescentou que este foi o novo modelo encontrado e vai ao encontro das possibilidades financeiras mas nada impede que no ano seguinte da sua implementação seja revisto e melhorado.

O Presidente Mesa da Assembleia Geral agradeceu as intervenções e submeteu a votação o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2018, tendo sido o documento aprovado com 22 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções.

No ponto dois de ordem dos trabalhos - Assuntos diversos, não sujeitos a deliberação, com relevância para discussão, tomou a palavra o delegado Joaquim Franco. Constatou que nas Assembleias Gerais anteriores não houve mecanismos para facilitar a participação dos delegados. Considerou que existe um problema complexo que se prende com a representatividade da Ginástica neste órgão e que existe uma distância entre as modalidades olímpicas e não olímpicas. Reconhece que o movimento olímpico tem um peso que deve ser

salientado e tem conseguido excelentes resultados mas isso não lhe dá maior legitimidade representativa. Entende que está na altura de ser corrigida esta imparidade e a falta de representação equitativa da Ginástica. Referiu ainda que no artigo segundo dos Estatutos da Federação se fala nas várias disciplinas gímnicas mas falta uma e que é importante. Propôs que neste artigo se considerasse a possibilidade de especificar uma nova disciplina – Ginástica Especial, também ela com o direito de representatividade na Assembleia Geral.

A delegada Antonieta Pereira abordou sucintamente assuntos ligados com o ajuizamento, orçamento e a representatividade, e deixou um grande elogio sobre o trabalho desenvolvido pela direção da FGP.

Relativamente às eleições para órgãos sociais na União Europeia de Ginástica (UEG) o delegado Carlos Vaz questionou a direção sobre qual o motivo da não recandidatura do representante de Portugal no Comité Técnico da Ginástica para Todos.

O delegado Pedro Almeida informou que está de acordo com a atual representatividade na Assembleia Geral mas também se mostrou disponível para colaborar na elaboração de proposta que se pretende apresentar para alterações estatutárias. Questionou ainda a direção sobre o Conselho de Ajuizamento e o que está a acontecer com este órgão.

O delegado Diogo Abreu, delegado representante dos praticantes de Ginástica de Trampolins, perguntou se pode estar presente e participar nas reuniões e tomada de decisões da Comissão Técnica, com o objetivo de transmitir a opinião dos seus colegas.

O delegado Vítor Varejão elogiou o delegado Diogo Abreu pelo facto de ter criado e desenvolvido um suporte informático muito útil sobre a prestação dos ginastas, a avaliação, planeamento e a avaliação do mesmo. Considerou que se trata de um trabalho notável, empreendedor e inovador.

O delegado Luís Apolónia perguntou o que está a acontecer para não haver recandidatura do representante de Portugal no Comité Técnico da Ginástica para Todos na União Europeia de Ginástica e pediu esclarecimentos sobre os pedidos de demissão de alguns membros do Conselho de Ajuizamento.

A delegada Alda Corte-Real colocou uma questão que se prende com o ranking de ginastas. O mesmo é baseado exclusivamente nas competições nacionais e as internacionais não constam e não têm peso para o mesmo. Considera que o ranking não reflete a situação dos nossos ginastas.

O delegado Paulo Mota deixou algumas notas. Na sua opinião a direção emana demasiados Regulamentos nos quais verifica existência de uma certa instabilidade. Considera desejável uma alteração estatutária no sentido que obriga a Assembleia Geral a aprovar os Regulamentos. Sobre os mecanismos de decisão participativa referiu que os mesmos constam dos documentos da Federação como intenção, mas na prática isso não acontece.

O delegado Vítor Simão lamenta o término das competições nacionais de infantis, realçou a sua importância e deu vários exemplos que levam ao abandono precoce nos escalões de juvenis, juniores e seniores.

O Presidente da FGP respondeu às várias questões apresentadas pelos delegados: referiu que no passado, antes da reunião de todas as disciplinas da Ginástica em dois mil e onze, o financiamento público combinado da FGP e da FPTDA era praticamente o dobro do atual, facto que causa limitações financeiras. Quanto aos técnicos requisitados, informou que antigamente eram pagos pelo Estado, o que não sucede agora, sendo atualmente essa responsabilidade exclusivamente da FGP.

Disse que a Direção está disponível para colaborar na proposta de alteração de Estatutos para a promoção de uma maior e melhor representatividade da AG.

Informou que a Ginástica Especial já existe numa verdadeira integração das várias disciplinas nas diferentes Federações, não se procedendo a uma individualização.

Quanto à não recandidatura do representante de Portugal ao Comité Técnico (CT) da Ginástica para Todos na União Europeia de Ginástica (UEG), informou que existiram alguns episódios que causaram quebra de confiança na pessoa que fazia parte do CT.

Relativamente ao pedido de demissão, por parte de dois membros do Conselho de Ajuizamento, e quando questionado o Presidente desse órgão, João Oliveira, informou que se este desejasse poderia exercer o direito de cooptação, tendo este respondido negativamente.

Quanto à participação de ginastas nas Comissões Técnicas das disciplinas, recordou que estas são um órgão consultivo dos respetivos Diretores Técnicos. Há formas de integrar a opinião dos ginastas sem que seja obrigatório integrar as Comissões. Será dado conhecimento desse interesse por parte dos ginastas.

Deu também nota que o ranking de ginastas é atualmente elaborado segundo as regras existentes. Podem realmente não ser as mais corretas e nem sempre premiar o melhor ginasta, mas é uma questão que pode ser alvo de reflexão para se encontrar um modelo mais "protetor" dos nossos melhores ginastas.

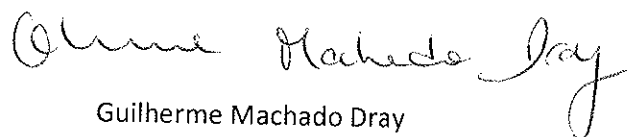
A propósito da questão da aprovação dos Regulamentos ser da competência da Direção, afirmou que esta é uma questão Estatutária que deriva da Lei, designadamente do Regime Jurídico das Federações Desportivas.

Disse ainda que a FGP não desinvestiu dos Infantis, antes pelo contrário. Um dos requisitos para a assinatura do Contrato-Programa de delegação de competências das Associações Territoriais (AT's) com a FGP, é a de organizarem pelo menos uma competição de Infantis em cada uma das disciplinas e que pode ser de âmbito nacional. A FGP criou uma linha de apoio à organização de eventos a nível nacional para Clubes e/ou AT's que as queiram organizar.

Nada mais havendo a tratar, foi a Assembleia Geral declarada encerrada pelas 14h05.

Estiveram presentes 31 (trinta e um) Delegados, conforme lista de presenças assinada por todos, anexa à presente Ata e que dela faz parte integrante, mas somente 30 (trinta) delegados estiveram presentes na votação do ponto 1.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A handwritten signature in black ink, reading "Guilherme Machado Dray". The signature is written in a cursive style with a large, stylized initial 'G'.

Guilherme Machado Dray